



# 10º Encontro Internacional de Política Social 17º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Democracia, participação popular e novas resistências  
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

---

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

## Produção das opressões no capitalismo e contradição das políticas sociais

Leonardo Patrício de Barros<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho refletimos sobre o modo de produção capitalista como produtor e reproduzidor das opressões de gênero, raça, classe e sexualidade. Dando ênfase à desigualdade racial, consideramos as opressões como resultado da produção e valorização do valor, pois sob a hegemonia do capital as opressões se desenvolvem como estruturais e estruturantes do capital. Apresentamos o caráter contraditório das políticas sociais, por significarem conquista da classe trabalhadora e, também, mecanismo de punção de valor em tempos de capitalismo tardio. O presente é fruto de reflexões teóricas amadurecidas do processo de investigação em curso. Como principal resultado observamos que a aniquilação do sistema de opressões perpassa pela superação urgente do modo de produção capitalista.

**Palavras-chave:** Opressões; Modo de produção capitalista e opressões; Política social e capital financeiro.

## Production of oppressions in capitalism and contradiction of social policies

**Abstract:** In this work we reflect on the capitalist mode of production as a producer and reproducer of oppressions of gender, race, class and sexuality. Emphasizing racial inequality, we consider oppressions as a result of the production and valorization of value, because under the hegemony of capital, oppressions develop as structural and structuring of capital. We present the contradictory nature of social policies, as they mean conquest of the working class and also a mechanism for puncturing value in times of late capitalism. The present is the result of mature theoretical reflections from the ongoing research process. As the main result, we observed that the annihilation of the system of oppression involves the urgent overcoming of the capitalist mode of production.

**Keywords:** Oppressions. Capitalist mode of production and oppression. Social policy and financial capital.

## Introdução

Neste trabalho refletimos sobre o modo de produção capitalista como produtor e reproduzidor das opressões de gênero, raça, classe e sexualidade. Dando ênfase à desigualdade racial.

Compreendemos as opressões como resultado da produção e valorização do valor, pois sob a hegemonia do capital as opressões se desenvolvem como estruturais e estruturantes do capital. Apresentamos o caráter contraditório das políticas sociais, por significarem conquista da classe trabalhadora e, também, mecanismo de punção de valor em tempos de capitalismo tardio.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. E-mail: leonardo\_pbarros@hotmail.com

Utilizamos algumas importantes categorias da crítica da economia política como acumulação primitiva, lei do valor, mais-valia, exploração da força de trabalho, dentre outras, para compreender a produção das variadas opressões no bojo do modo de produção capitalista.

A nossa hipótese principal é que as opressões que se fazem presentes nesse tipo de sociedade, a capitalista, não significam uma herança maldita de sociedades pré-capitalistas. Concordamos que podem ter identificados alguns de seus elementos presentes nas sociedades anteriores a do capital, mas que no contexto atual da sociedade moderna elas são produzidas pela lógica da produção e reprodução do valor.

O processo de colonização que teve por base o racismo e conseqüentemente a escravização de populações negras esteve diretamente ligado ao processo de implementação e consolidação do capitalismo na Europa.

Isso não significa dizer que o racismo é expressão da questão social, mas que no cenário do modo de produção capitalista ele é produzido por esse modo de produção que é a sua base material hoje.

Posteriormente, identificamos a política social como elemento contraditório que historicamente tem garantido a subsistência da classe trabalhadora ao longo do desenvolvimento capitalista, mas que, também, serve como elemento de manutenção do modo de produção capitalista. No cenário de financeirização do capitalismo em sua fase madura essas políticas se tornam potenciais mecanismos de punção de valor para atender as demandas do capital financeiro.

Por fim, observamos que quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, maiores são suas contradições e conseqüentemente a produção de desigualdades e opressões.

### **O modo de produção capitalista como sistema unitário e produtor das opressões**

Antes de realizar qualquer nível de elaboração sobre as políticas sociais, especialmente no contexto particular do Brasil, precisamos delimitar nesse primeiro momento o caráter específico que assumem as opressões de raça, classe, gênero e sexualidade no contexto da realidade do modo de produção capitalista.

No cenário contemporâneo os debates relacionados ao sistema de produção de desigualdades têm se intensificado no âmbito da militância política e na esfera da

produção acadêmica. Entretanto, o que se pode observar, em geral, é a formação de um processo de hierarquização das opressões e a presença de um processo de tensionamento entre determinados segmentos na defesa de uma determinada forma de exploração e subalternização ser mais ou menos relevante que a outra em um contexto de desenvolvimento do capitalismo.

O que se pretende dizer é que, o jogo de correlação de forças entre a produção intelectual, mesmo aquela direcionada pela teoria social crítica de Marx, e as manifestações concretas da luta dos trabalhadores, na atualidade, demonstra em algum nível um erro grave no aspecto fundamental da construção do próprio sistema de opressões que cotidianamente nos vilipêndia e desumaniza.

(...) o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra. Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar. (BHATTACHARYA, 2019, p. 104)

Partindo dessa afirmação, podemos identificar de forma bastante coesa que o processo da produção das opressões no contexto do modo de produção capitalista está amalgamado. Sendo ele, o capitalismo, um sistema unitário em suas esferas de produção e reprodução, podemos afirmar que não há uma desvinculação, mas que se constituem e constroem mutuamente, as opressões geradas e vivenciadas.

Continuando nossa reflexão chegamos ao ponto que nos permitirá compreender que esses equívocos históricos que estão cada vez mais presentes à medida que se espraiam as produções universitárias e as reivindicações dos trabalhadores, entendemos que as hierarquizações que surgem na compreensão sobre as opressões são causadas pela dificuldade de compreensão mais abrangente do que está posto frente ao próprio método de Marx, como identifica Netto (2009).

Nesse sentido nos interessa abordar aqui, nesse primeiro momento, a importância da compreensão da totalidade à interpretação da realidade material a que os sujeitos estão imbricados.

Entender o modo de produção capitalista como produtor e reproduzidor das próprias opressões é a chave específica para a superação dessa lógica hierárquica que se coloca entre os subalternizados do capital e acaba por criar subdivisões das lutas entre a classe trabalhadora o que atende aos interesses do próprio sistema capitalista.

Evidenciamos que não defendemos que o fim da cadeia produtiva capitalista significa o fim das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade, mas que no contexto da dinâmica de produção e reprodução do valor as opressões são geradas pela própria lógica de funcionamento dessa engrenagem.

Aqui estamos nos limitando à interpretação da própria sociedade capitalista e nesse sentido nossa elaboração está pautada na tentativa de compreender essas opressões nessa sociedade específica, o que não significa que essas opressões não possam estar presentes em outros tipos de sociedade geradas por outros modos de produção, mas é evidente que a base material de sua criação e manutenção está vinculada ao modo de produção, pois “o modo de produção da existência material constitui o *fundamento ontológico* da sociedade humana” (GORENDER, 2016, p. 61 *grifo do autor*).

Portanto, salientamos que no contexto específico da sociedade capitalista o processo de produção e reprodução das opressões tem sua base material especificamente na dinâmica de produção e reprodução do valor e isso não significa dizer que em sociedades pré-capitalistas não existiram formas de dominação e subalternização dos sujeitos, entretanto, no formato que se colocam hoje, esse sistema de variadas opressões estão diretamente relacionadas, inclusive a forma que assumem, à dinâmica do capital.

Ainda nas considerações sobre a imprescindível compreensão da totalidade para se chegar à verdade, pois “só a totalidade é verdadeira”, diz Hegel, e a totalidade é a unidade do abstrato e do concreto – unidade de opostos e não sua identidade” (MANDEL, 1982, p. 8).

Considerando as contribuições de Mandel em suas reflexões sobre o próprio método de Marx, nos é possível compreender que o concreto é uma unidade diversificada que guarda contradições e que observado apenas o fenômeno esse nos permitirá apenas retirar limitadas interpretações da aparência fenomênica das coisas, revelando uma realidade fragmentada que nos encaminhará a graves erros de análise dessa própria realidade.

## **O processo de produção e reprodução do valor e a relação com as opressões**

Nesse ponto específico que nos interessa argumentar ao considerar o sistema das múltiplas opressões como integrado e resultado desse modo específico de produção que é o capitalista.

A própria dinâmica da produção e reprodução do valor não está descolada da produção e reprodução das opressões de gênero, raça, classe e sexualidade.

Delimitamos aqui que não entendemos essas opressões como formas de expressão da questão social, mas reivindicamos que elas a atravessa e determinam. Essas opressões são resultado, no cenário da sociedade capitalista, da incessante dinâmica de produção, reprodução e valorização do valor.

A própria estrutura do processo de produção de valor nos oferece um esquema já amplamente conhecido no âmbito do marxismo. Esse esquema explicativo do processo de produção do valor nas mercadorias facilita o entendimento do processo de produção da própria desigualdade e conseqüentemente das opressões.

Vejam, que o D-M-D' evidencia que no processo de produção o capital personificado em dinheiro é investido pelo capitalista é 'transformado' em mercadoria e posteriormente "transmutado" em mais dinheiro.

Esse processo a que nos referimos anteriormente ocorre na etapa da produção por meio da atividade realizada pela força de trabalho. Ele que não é simples tem sua fundamentação principal na exploração da força de trabalho o que significa a extração desse valor final por meio da produção de mais-valia.

É importante aqui evidenciar que pressupomos que o leitor conheça as categorias a que estamos nos referindo no que tange a teoria do valor e por isso não nos prendemos em uma explicação na íntegra de cada uma delas.

Retornando às elaborações sobre a teoria do valor, nós observamos que no processo de produção de mais-valia (relativa e/ou absoluta) a exploração da força de trabalho sofre drástica agudização com o desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capital, e quanto mais se desenvolve o processo de produção capitalista e aumenta a composição orgânica do capital mais intensa a tendência de exploração da força de trabalho, e, conseqüentemente, o crescimento das fileiras de uma superpopulação relativa e seus setores, como identifica Iamamoto ao afirmar que

Dentre essa superpopulação relativa – que à época da revolução industrial inglesa era qualificada de ‘exército industrial de reserva’ – encontram-se os segmentos intermitentes, sujeitos às oscilações cíclicas e eventuais de absorção e repulsa dos centros industriais; a superpopulação latente na agricultura, fruto da redução de demanda de força de trabalho decorrente do seu processo de industrialização, não acompanhada de igual capacidade de absorção dos trabalhadores nos polos urbano-industriais. Inclui-se também a parcela estagnada de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com ‘máximo de tempo de serviço e mínimo salário’, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora. (IAMAMOTO, 2001, p. 15)

Esses segmentos da classe trabalhadora, em geral, nos países que sofreram os processos de colonização são os trabalhadores e trabalhadoras negras e periféricas que ocupam os postos mais precarizados de trabalho tendo a superexploração da força de trabalho como seu algoz.

Portanto, o que o processo de compreensão do modo de produção capitalista e a chave da lei do valor nos permite é ao rigor do método identificar na totalidade que as opressões que estão postas na sociedade não são uma herança ou condições trans-históricas, mas são basilares e estruturais do próprio compêndio do capital.

Obviamente é preciso considerar as particularidades de cada formação social para que se diferencie as especificidades das práticas dessas opressões na materialidade da vida.

É importante identificar que as opressões de raça vivenciadas em países como os Estados Unidos guardam diferenças com as realizadas no Brasil, mas o fundamento dessa racialização e opressão tem base no próprio processo de consolidação e estruturação do capitalismo.

Cabe, portanto, identificar que a conformação do capitalismo está estruturada exatamente pelos processos das opressões de gênero, raça, classe e sexualidade. O que significou a acumulação primitiva nas Américas se não a institucionalização das variadas opressões, o vilipêndio, estupro e morte?

Os diferentes meios propulsores da acumulação primitiva se repartem numa ordem mais ou menos cronológica por diferentes países, principalmente Espanha, Portugal, França e Inglaterra. Na Inglaterra, nos fins do século XVII, são coordenados através dos vários sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo. Esses métodos se baseiam em parte na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial. (MARX, 2017, p. 872).

O velho Marx já apontava os aspectos fundamentais da relação amalgamada do próprio capitalismo com as opressões, inclusive coloniais, posto que apresenta de forma didática a violência colonial como a mais brutal dos propulsores da acumulação primitiva. Foi esse processo de acumulação que possibilitou a implementação e desenvolvimento do capitalismo.

Os processos de produção nas sociedades coloniais foram essenciais para que o capitalismo tivesse pleno desenvolvimento na Europa.

Assim, nos é possível delimitar com maior facilidade que esse sistema unitário que é o capitalismo não subdivide a dinâmica de produção de desigualdades e opressões, mas é uma parteira incansável que faz produzir e reproduzir a todo momento as opressões raça, classe, gênero e sexualidade e demais.

Quanto mais barata for a carne da mulher transexual, negra e periférica isso significa que o valor de sua força de trabalho será pago abaixo do seu próprio valor possibilitando maiores lucros ao capitalista e à manutenção insana na busca pela conversão positiva da taxa de lucro, conforme nos demonstra Mandel (1982).

### **O caráter contraditório das políticas sociais em tempos de capital fetiche**

Partindo da nossa reflexão até aqui, nós entendemos que é necessário realizar um movimento específico nesse momento para observar a política social no cenário dessa produção e reprodução do valor.

Evidenciamos que as políticas sociais significam especialmente as respostas elaboradas pelo Estado às demandas provenientes da questão social. É no bojo da luta de classes que essas políticas são elaboradas como resultado da pressão da classe trabalhadora e suas reivindicações.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 51)

Chegamos aqui a um ponto fundamental em que se pode compreender a política social como importante vitória da classe trabalhadora, pois em um cenário de dominação do capital as demandas colocadas pelos trabalhadores são atendidas por meio das políticas sociais implementadas pelo Estado.

As políticas compensatórias, as de redistribuição de renda, políticas de maior acesso das mulheres aos postos de trabalho, criação de sistemas para formação técnica para mulheres periféricas, que em uma visão weberiana estão em uma situação de vulnerabilidade social, sendo o trabalho o elemento essencial para sua mobilidade social, são exemplos de políticas sociais resultado das pressões presentes na própria dinâmica da luta de classes.

Entretanto, não podemos deixar de salientar que sob a égide do capital e sob a dominação do Estado capitalista essas políticas assumem um caráter contraditório, pois ao mesmo passo que significam o acesso da classe trabalhadora a condições básicas de subsistência acabam por atender os interesses do modo de produção capitalista.

Se é correto afirmar que determinadas políticas de geração de emprego e renda possibilitam a inserção de parcelas estagnadas da população em empregos fixos e formais o que significa acesso aos direitos trabalhistas, esses postos de emprego são aqueles que mesmo formais são precarizados como vagas de empresas terceirizadas com péssimas condições de trabalho e sucateamento evidente.

Isso significa um acesso subalternizado a esses direitos e que possibilitam a continuidade da valorização do capital via superexploração de trabalhadores.

A própria construção do *Welfare-State* nos países de economia central evidencia esse caráter contraditório das políticas sociais, pois ao passo que significaram acesso dos trabalhadores a parte da riqueza socialmente produzida por meio do pleno emprego e acesso a políticas de valorização dos salários que possibilitaram o consumo em massa.

O keynesianismo-fordismo significou especificamente a agudização do processo de exploração do trabalho mesclando a produção de mais-valia absoluta e relativa dando significado específico aos 30 anos gloriosos do capitalismo como período de extrema lucratividade do capital e a formatação de um contrato social que impossibilitou o espraiamento da revolução proletária em toda a Europa, pois “(...) uma melhora nas condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acessos ao consumo e ao lazer” atuou “(...) diluindo a radicalização das lutas e levando a crer na possibilidade de combinar acumulação e certos níveis de desigualdade”. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 89).



As forças em disputa estão presentes justamente na dinâmica da luta de classes e é a luta dos trabalhadores o centro das possibilidades emancipatórias reais. Portanto, compreendemos que pelo próprio desenvolvimento histórico-concreto das políticas sociais, elas significam uma real contradição no bojo do capitalismo, pois são fruto da própria dinâmica capitalista no sentido de que são mecanismos de acesso aos direitos pela classe trabalhadora, mas também uma forma de controle e manutenção das possibilidades da emancipação humana.

Partindo das contribuições de Marx (2010) no marco da implementação da sociedade burguesa conquistamos a emancipação política e superamos “pelo conjunto das transformações históricas balizado pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa” (LESSA, 2007, p.2) os limites impostos pelas marcas impostas aos sujeitos pela lógica da “feudalidade”, mas a emancipação humana proveniente da superação da sociedade do capital ainda nos parece demasiadamente distante.

Com o desenvolvimento do capitalismo e sua própria dinâmica de busca por mais espaços (materiais e imateriais) para seu desenvolvimento é possível observar como as variadas instâncias da vida são reificadas e tornam-se mercadorias.

A incessante busca pela valorização do valor é capaz de tornar a própria demanda dos trabalhadores uma forma de valorizar o valor. Em síntese as medidas de controle do trabalho e produção extenuante de mais-valia durante os anos gloriosos do capitalismo foram formas de aumento de poder de compra dos trabalhadores para realização da própria mais-valia.

Com desenvolvimento do capitalismo e sua entrada no período em que Mandel (1982) vai identificar como capitalismo tardio, adentramos na intensificação desse processo contraditório das políticas sociais e isso se realiza pela natureza contraditória do capitalismo, pois em sua estrutura é nucleado pela contradição. Na busca desenfreada pelo valor é produtor de desvalorização na dinâmica de aumento da sua composição orgânica e desvalorização da força de trabalho.

Além desse processo é preciso concordar com o autor de o *capitalismo tardio* que evidencia a centralidade da produção de desigualdades e barbárie pelo capitalismo em sua fase madura.

Em consequência, a marca distintiva do imperialismo e de sua segunda fase, o capitalismo tardio, não é um declínio nas forças de produção, mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte de destruição: desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias (cuja produtividade média do trabalho se viu restrita a um nível inteiramente sem relação ao que hoje possível, em termos técnicos e científicos), contaminação da atmosfera e das águas, ruptura do equilíbrio ecológico, e assim por diante - os aspectos do imperialismo ou do capitalismo tardio tradicionalmente mais denunciados pelos socialistas. (MANDEL, 1982, p. 151)

O que Mandel demonstra é que frente ao desenvolvimento nunca antes visto das forças produtivas a incapacidade do capital de utilizar esse desenvolvimento em favor da sociedade, o parasitismo, leia-se acumulação de capital acaba por resultar na geração de mais desigualdades e opressões.

É nessa fase madura que as políticas sociais ganham um caráter ainda mais contraditório, pois ainda significam conquistas da classe trabalhadora, mas em um contexto neoliberal acabam por assumir um caráter focalizado e minimalista, “hoje, as políticas sociais se concentram na administração a baixo custo da superpopulação relativa, voltadas que estão ao ‘combate à pobreza’” (BEHRING, 2021, p. 253).

Essa assertiva análise nos demonstra que é na própria dinâmica dos processos de desenvolvimento do capitalismo que as desigualdades e opressões se desenvolvem conjuntamente.

Ao longo de sua reflexão Navarro (1997) identifica como em sua fase neoliberal o capitalismo inicia o desmonte das políticas de investimento no setor produtivo dando protagonismo ao capital financeiro.

Embora com certa limitação de compreensão da totalidade dos aspectos estruturais do capital, pois centra sua avaliação interpretando a questão central do capitalismo como um problema de distribuição e não sua própria lógica estrutural de produção e reprodução do valor, o autor nos fornece pistas para entender a atual fase do capitalismo e os impactos drásticos do neoliberalismo.

Em tempos de capital fetiche, como nomeia Iamamoto (2015) é possível defender a tese de que as políticas sociais acabam por ter, também, a função de um mecanismo de punção de valor.

O processo de financeirização e mundialização tornam-se a marca da fase atual do capitalismo e nesse sentido a mundialização do capital se realiza por estratégias e mecanismos de financeirização do capital, como evidencia Chesnais (1996) é no contexto da financeirização que o capital rompe barreiras anteriormente impostas pelo capital produtivo.

A financeirização dos grupos tende necessariamente a modificar o seu comportamento como um todo e a acelerar o questionamento de sua vocação industrial. (CHESNAIS, 1996, p. 290) e isso significa dizer que os grupos industriais que estavam diretamente ligados ao capital produtivo invertem sua lógica e passam a direcionar seus investimentos e ações em um capital flexível e volátil.

Esse processo específico ao qual nos referimos tem importante relação com as políticas sociais partindo do ponto em que no contexto de hegemonia do capital financeiro os processos de punção de valor são essenciais para sustentação desse capital.

O capital portador de juros deve ser entendido como capital fictício, pois ele não está diretamente na dinâmica da produção de valor, mas sim na punção desse valor, ele possui lastro de valor que é retirado da produção.

É importante observar que as políticas sociais podem significar, também, um mecanismo dessa punção de valor posto que programas de transferência de renda servem como formas de pagamento de juros de dívidas das famílias pobres e os próprios seguros públicos como o regime de previdência social no Brasil que acabam por ter a desvinculação de porcentagens de seu fundo direcionado ao pagamento de dívida pública revelam que as políticas sociais são utilizadas como estratégias de apropriação de valor ao capital financeiro.

Nesse aspecto podemos perceber que com o desenvolvimento do próprio capitalismo e de suas bases estruturais as políticas sociais têm acentuado seu caráter contraditório e em conjunto o sistema de opressões ganha força.

Se as políticas sociais têm uma agudização do seu contraditório e o acesso a essas políticas está cada vez mais ligado aos setores mais oprimidos da sociedade, podemos identificar que as opressões têm crescimento na proporção que as políticas sociais cada vez mais focalizadas tem aumentado.

É no bojo da luta de classes que se pode verificar a continuidade das políticas sociais, se ainda existem é justamente pela pressão exercida pela classe trabalhadora, mas se direcionam aqueles setores mais subalternizados dessa classe.

No contexto de enxugamento do Estado no que tange aos direitos sociais o capitalismo só abre mão de realizar ações que atendam os interesses da classe trabalhadora, pois a exploração presente na atual fase do capital é tão bárbara que sem o atendimento dessas demandas básicas significariam a aniquilação desses segmentos que cotidianamente sofrem com os rebatimentos das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade.

### **Considerações finais**

Importante delimitar que esse artigo é uma elaboração que buscou fazer as mediações importantes sobre a produção do valor, a política social e as opressões de gênero, raça, classe e sexualidade.

Sem nenhuma pretensão de esgotar a discussão, mas de fomentar o debate e trazer alguns elementos que o subsidiem.

Mas é preciso, depois desses apontamentos realizar um movimento de síntese.

Nesse sentido, aproveitamos para trazer uma contribuição importante da professora Virgínia Fontes (2010) que nos auxilia no entendimento de como as relações sociais no contexto do capitalismo são alienadas justamente no processo de produção do valor pela via da exploração do trabalho.

É preciso sempre atentar que a autonomização de uma esfera econômica é a forma pela qual se obnubilam as relações sociais capitalistas. A extração de mais-valor, através do trabalho livre, é a própria forma social concreta da existência do capital; nela reside a relação social que sustenta todo o imenso edifício da concentração capitalista – a permanente produção do valor pelo trabalho, e sua recorrente subalternização através do suposto pagamento pelo trabalho, o que obscurece o sobretrabalho acaparado pelo capital sob a forma de mais-valor. (FONTES, 2010, p. 21)

Essa dinâmica de produção e reprodução do valor é o pilar central do modo de produção capitalista e como vimos demonstrando é na sua própria estrutura, da produção, que são determinadas e condicionadas as relações sociais.

Se o ser social do homem é resultado do trabalho e suas relações sociais são determinadas pelo modo de produção e imprescindível observar a centralidade do modo de produção para então compreendermos na totalidade, como propõe o método

inaugurado por Marx, as relações que estão postas na sociedade.

É nesse aspecto fundamental que argumentamos que o capitalismo por ser um sistema unitário produz, também, unitariamente as múltiplas opressões, portanto é no contexto da produção e reprodução do valor que observaremos na vida material as opressões.

O processo de conformação do capitalismo só foi possível ao longo dos séculos pela exploração do trabalho livre, mas conjugado com a acumulação primitiva realizada pela via do colonialismo e escravização que se serviu do racismo, opressão de gênero e sexualidade.

Portanto, não se pode pensar que se compreende o capitalismo em sua totalidade se não enxergamos esses elementos como estruturais e estruturantes do próprio capitalismo.

Sendo esses processos de opressão parte fundamental do capital, obviamente o desenvolvimento do próprio capitalismo significa o desenvolvimento das variadas opressões.

Partindo dessa compreensão entendemos que as políticas sociais são respostas as demandas da classe trabalhadora no combate a essas opressões de raça, classe, gênero e sexualidade, mas ao mesmo tempo têm o significado contraditório de mecanismo de atendimento dos interesses do capital.

Se em grande medida a implementação dessas políticas significou ao longo da história o acesso da classe trabalhadora aos direitos sociais elas, também, possibilitaram o arrefecimento do ímpeto revolucionário da classe trabalhadora como no período do *Welfare-State* nos países de economia central.

Para além desse momento histórico é importante destacar que com o amadurecimento do capitalismo e pleno desenvolvimento de sua lógica, no período do capitalismo tardio observamos uma virada importante na dinâmica de produção e reprodução do valor, pois na incessante busca da valorização e necessidade de diminuição do tempo de rotação do capital se implementa a financeirização que possibilita o espraiamento das relações de mercado via globalização e agudização das contradições do modo de produção capitalista.

Nesse sentido em um contexto de neoliberalismo vemos reificação das variadas instâncias da vida social, desconsideração dos vínculos e demandas sociais em detrimento dos interesses financeiros, então “forja-se assim uma mentalidade utilitária, que reforça o individualismo, onde cada um é chamado a ‘se virar’ no mercado” (IAMAMOTO, 2001, p. 21).

Assim, o que se demonstrou ao longo de nossa reflexão é que desenvolvimento do capitalismo significa a maior produção de desigualdades e opressões e as conquistas históricas da classe trabalhadora acabam sendo utilizadas como mecanismos em que o capital busca valorizar o valor, como tem acontecido com as políticas de redistribuição de renda e saques realizados aos fundos públicos de pensão e aposentadoria para pagamento da dívida.

Partindo dessas considerações é possível dizer que ao contrário do que se pensou no período keynesiano-fordista, é impossível manter a acumulação de capital e o acesso universal dos sujeitos aos direitos e a superação das opressões, pois a prerrogativa do capital é a opressão.

O horizonte que aponta a luta de classes é o necessário fim do modo de produção capitalista, pois sem a superação as variadas opressões que vivenciamos terão cada vez mais progressão implementando cada dia mais a barbárie.

## Referências

- BEHRING, E. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social?. **Revista Outubro**, n. 32, p. 99-113, jan./ jun. 2019.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- FONTES, V. **O Brasil e o Capital Imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ- EPSJV e UFRJ, 2010.
- GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.
- IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, n. 3, p. 09-32, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, M. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2015.

LESSA, S. A Emancipação Política e a Defesa de Direitos In: **Serviço Social e Sociedade** n° 90. São Paulo, Cortez, jun. de 2007.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **A Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

NAVARRO, V. **Neoliberalismo y Estado del Bienestar**. Barcelona, Editorial Ariel, 1997.

NETTO, J. P. Introdução ao Método na Teoria Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.